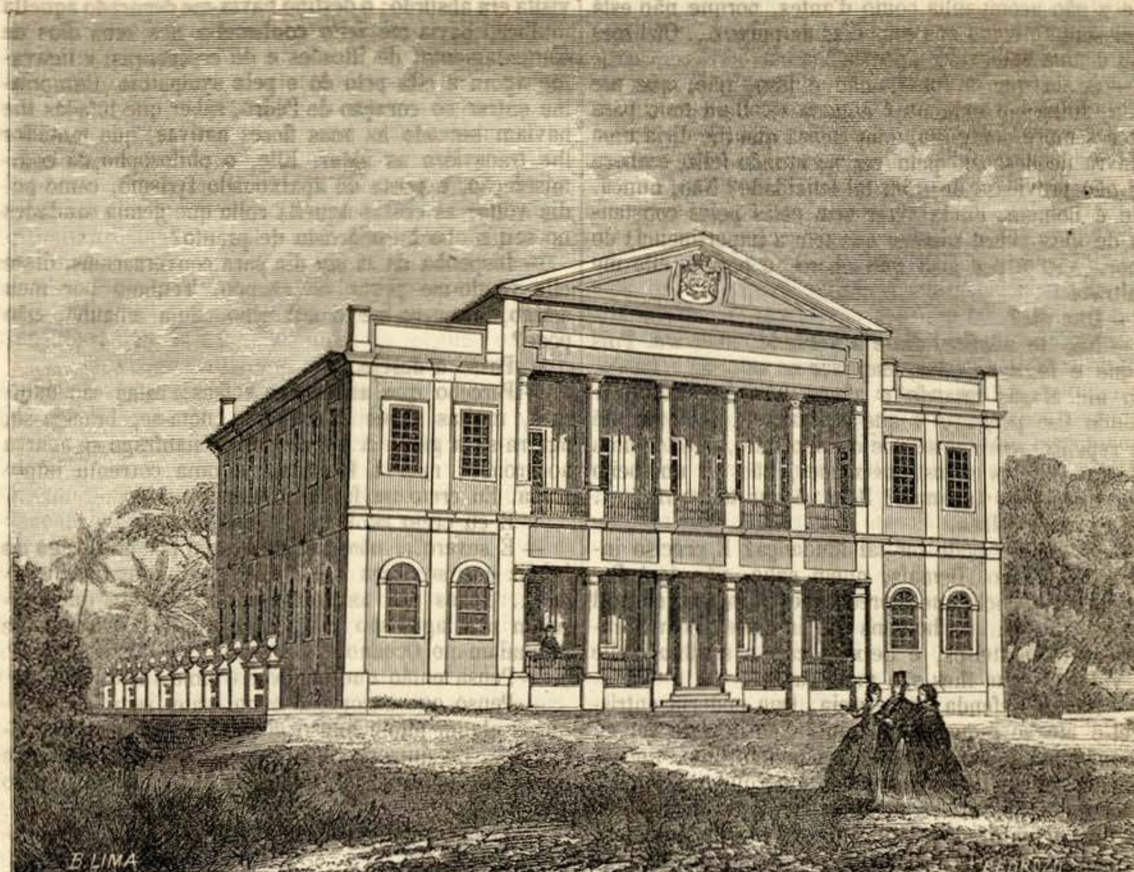


Hospital da real sociedade portugueza de beneficencia, na cidade da Bahia

Portugal engrandeceu-se e brilhou no mundo entre as mais poderosas nações pelo valor, coragem e arrojo dos seus filhos. Mas todas essas virtudes civicas, que fizeram grande, respeitado e temido o que antes fôra pequeno, humilde e desprezado, nasceram de uma virtude que é origem fecunda de feitos nobres e heroicos aos olhos dos homens, e de acções santas perante Deus.

Essa virtude mãe é o *amor da patria*. Foi elle, e não a esperança do premio, quem deu brios e forças a esse punhado de portuguezes que assegurou a independencia do paiz, vencendo e destroçando completamente nos campos de Aljubarrota o poderoso exercito de Castella.

Foi esse amor quem impelliu aquelles nautas atrevidos que se aventuraram a romper por meio das furias do Oceano, em frageis e mal providos lenhos, á descoberta de novas terras; quem armou o peito de animo e constancia sobrehumanos, e o braço de vigor irresistivel a esses denodados capitães que foram plantar o pendão das quinas nas mais longinquas regiões do globo, submettendo ao sceptro do seu rei infinitas nações selvagens da Africa e da America, e muitos soberanos e florescentes reinos da Asia.

Foi essa chamma o pharol que allumiou e dirigiu os portuguezes no seu immerecido e negro captiveiro, dando-lhes alento para sustentarem na India e no Brasil o prestigio do seu nome e a honra da sua bandeira contra os invejosos da grandeza de Portugal, e contra os proprios inimigos de Castella.

Foi essa chamma divina que lhes inflammou o peito de ardor e enthusiasmo pela liberdade do paiz quando sacudiram o jugo castelhano, arrostando durante perto de vinte e oito annos com todo o poder da Hespanha, levando-o sempre de vencida nos campos de batalha, murchando os loiros aos proprios generaes castelhanos que mais se tinham assignalado nas guerras da Hollanda e nas conquistas da Italia.

Não se diga que tão grandes acções tiveram por incentivo o premio. Em um paiz onde, desgraçadamente, os mais distinctos serviços rarissimas vezes tiveram um galardão condigno da sua grandeza, ficando quasi sempre sem recompensa, e muitas vezes até pagos com a mais negra ingratidão; em um tal paiz nunca poderia a idéa do premio ser origem de nobres feitos. É necessario, pois, que tivessem outro movel, e este foi o amor da patria, algumas vezes de envolta com o amor da religião, mas quando não se tratava da dilatação da fé, obrando então maravilhas por seu proprio e unico impulso, sem influencias estranhas.

Nos principios d'este seculo ainda Portugal mostrou á Europa o que póde o amor da patria, levantando o brado da independencia sob a oppressão dos invasores, armando-se de improviso espontaneamente, combatendo, vencendo e expulsando os inimigos das suas fronteiras.

Depois vieram abalar-lhe os fundamentos as revoluções politicas. A marcha natural da civilisação, creando idéas novas, trazendo-lhe novas necessidades, tornou inevitavel a lucta dos principios que tinham até alli governado a sociedade com os que deviam dirigil-a d'ahi por diante. No meio d'essa lucta porfiosa, de que saiu triumphante a liberdade, e atra-

vês das discordias sangrentas que após a victoria dividiram os vencedores, correu por tão longos annos quasi á revelia a causa publica, que de todos se apossou o desalento, como verdadeira enfermidade moral. Esta enfermidade gerou a indifferença e o egoismo, outras duas doenças não menos corrosivas do corpo social. E todas foram abafando pouco a pouco o amor da patria, e tel-o-hiam extinguido completamente se mão corajosa, travando da roda dos males publicos, não impellisse, felizmente, a nação para o caminho da sua regeneração e progresso.

Ha, porém, uma importante porção da sociedade portugueza, na qual nunca amorteceu o amor da terra que lhe serviu de berço. É a colonia portugueza espalhada pela vasta superficie do Brasil.

Para dos odios que nos desuniram, longe das dissensões que nos dilaceraram, as saudades da terra natal mais lhe accendeu aquella santa affeição que se expressa a toda a hora no ardente desejo, no pensamento constante de ver resurgir Portugal do abatimento em que desgraçadamente caíra.

Estes sentimentos patrioticos transluzem a cada passo convertidos em obras. Umas vezes em fórma de donativos ao estado, outras como soccorros aos que no reino ou nas provincias ultramarinas sentiram os golpes da desdita. Agora é um auxilio a quaesquer emprezas tendentes ao engrandecimento ou á gloria do nosso paiz; logo são as fundações pias no proprio solo brasileiro para agasalho e conforto dos compatriotas que a doença ahi feriu, colhendo-os nos braços da miseria.

O *Archivo Pittoresco*, cumprindo a sua nobre missão de registar e apregoar, como applauso e incentivo, os actos de patriotismo e philanthropia que ennobrecem os filhos de Portugal, em qualquer parte onde forem praticados, tem dado minuciosa noticia aos seus leitores das diversas instituições caridosas e patrioticas fundadas no imperio do Brasil pelos portuguezes alli residentes.

Agora o que nos suscitou estas considerações e nos vae servir de assumpto, é uma d'essas fundações em que estão consubstanciados o amor do proximo e da patria.

A *real sociedade portugueza de beneficencia dezeseis de setembro*, instituida na cidade da Bahia de Todos os Santos em honra do chorado rei sr. D. Pedro v, o bem amado do povo, acaba de fundar na mesma cidade um hospital para recolher e tratar os seus socios enfermos, e bem assim os naufragos portuguezes e os officiaes e praças dos navios da armada que surgirem n'aquelle porto!

Por occasião de collocar na sala das suas sessões, no dia 15 de agosto de 1864, o retrato del-rei o sr. D. Luiz i, protector da sociedade, propoz a direcção d'esta á assembléa dos seus socios a instituição de um hospital portuguez. Foi applaudida a idéa e abraçada com tanto enthusiasmo, que logo alli subscreveram os socios presentes com 15:000$000 réis.

Não podia bastar esta quantia para as despezas da construcção, mas o que faltasse devia sair, como effectivamente saíu, do cofre da sociedade.

Sete mezes depois d'aquella sessão, deu-se principio ás obras, correndo estas até ao fim sob a superintendencia do membro da direcção, o sr. José da Silva Basto, que no desempenho d'este cargo deu provas de solicitude e abnegação pouco vulgares. Ao cabo de dezoito mezes de trabalho estava o edificio concluido.

Fez-se a inauguração solemne do hospital no dia 16 de setembro de 1866, dia de saudosa recordação para todos os portuguezes, porque era o anniversario natalicio d'aquelle mallogrado principe.

Foi apparatosa a ceremonia, assistindo a ella o vice-presidente da provincia e as outras auctoridades civis e militares, o arcebispo da Bahia, o presidente da camara municipal, o consul portuguez, a sociedade fundadora, os representantes de varias sociedades litterarias e populares, e numeroso concurso de senhoras e homens de differentes classes.

Eram pouco mais de dez horas da manhã quando, dirigindo-se todos á capella do edificio, o arcebispo deu principio ás ceremonias pela benção das santas imagens e da mesma capella.

Terminado este acto, o illustre prelado celebrou missa a *Nossa Senhora da Conceição*, orago da capella e padroeira do hospital. Durante o santo sacrificio tocou várias peças a banda de musica da sociedade philarmonica *Euterpe*. Em seguida, subiram todos os circumstantes ao pavimento nobre, e, entrando no grande salão, ahi se completou a ceremonia da inauguração do hospital, lançando o arcebispo a benção ao edificio, e pronunciando várias pessoas discursos adequados á funcção que se celebrava.

Vamos copiar do *Diario da Bahia*, onde colhemos parte d'estas noticias, o mais que se passou n'esta brilhante festa de caridade:

«...Em seguida, o presidente da sociedade, o sr. commendador Manuel Joaquim Alves, recitou um eloquente discurso analogo ao objecto d'aquella solemnidade, o qual foi ouvido com a maior attenção, e com visiveis mostras de satisfação de todo o auditorio, declarando inaugurado o hospital portuguez, e dando por fim vivas a sua magestade o sr. D. Pedro ii e a sua magestade o sr. D. Luiz i, que foram correspondidos enthusiasticamente por todos os circumstantes, tocando em seguida a musica o hymno brasileiro.

«O sr. commendador Peixoto, consul de Portugal, pronunciou tambem uma allocução em apologia da memoria do primeiro protector da sociedade de beneficencia, o desventurado rei D. Pedro v, e dos fins patrioticos e altamente humanitarios a que ella se propõe, terminando por vivas aos augustos monarchas do Brasil e Portugal. A musica tocou o hymno de D. Luiz i.

«Sua exc. o sr. vice-presidente da provincia dirigiu em seguida a palavra aos precedentes oradores e á directoria da sociedade, agradecendo-lhes o havel-o convidado áquella solemnidade, e, como delegado do governo imperial, fazendo votos pela prosperidade de tão humanitaria associação, e pela união e confraternidade dos dois povos amigos e irmãos que alli se achavam representados, terminando egualmente por vivas aos monarchas dos dois paizes, aos portuguezes residentes na Bahia, etc.

«Seguiu-se depois um breve mas brilhante discurso do sr. D. Manuel de Saldanha da Gama, recordando as passadas glorias dos portuguezes e a sua iniciativa na civilisação dos povos modernos, exaltando a união dos portuguezes e brasileiros como irmãos, e, finalmente, a sublimidade da instituição que n'aquelle dia se inaugurava. Esta allocução foi vivamente applaudida, e enthusiasticamente correspondidos os vivas com que a terminou.

«Em todos estes discursos sobresaíam as frequentes allusões e apologias á união e cordialidade que, felizmente, reinam entre portuguezes e brasileiros, de que aquella mesma assembléa era o mais eloquente e vivo testimunho.

«Seguiram-se os discursos das commissões de todas as sociedades convidadas que se fizeram representar n'aquella festa da caridade; uma saudação em verso por um joven poeta bahiano; e, finalmente, um agradecimento do presidente da direcção da sociedade de beneficencia, o sr. Gomes da Costa.

«Terminou a sessão com a assignatura de uma acta commemorativa da inauguração do hospital portuguez.

«Foi grande a concurrencia a esta solemnidade. Calcula-se em mais de 1:500 as pessoas que, ou assistiram ao acto, ou visitaram o hospital. O salão, as

enfermarias, corredores, aposentos e mais dependencias do edificio estavam litteralmente apinhadas de povo. Todas as classes da sociedade, desde os mais altos funccionarios da provincia até ao mais humilde cidadão, sem distincção de nacionalidade, alli se achavam representadas. Abriram-se as portas a quantos quizeram tomar parte n'aquella festa de caridade, que marca uma epocha memoravel nos annaes da sociedade portugueza de beneficencia, e abre um exemplo nobre e digno de ser imitado.

«O edificio é elegante, sem luxo, e pittorescamente situado em um dos logares mais salubres que temos nas immediações da cidade. Interiormente nota-se o aceio e bom gosto unidos á simplicidade, e vê-se que os modernos aperfeiçoamentos não foram omittidos, e que os preceitos da boa hygiene foram escrupulosamente observados em tudo.

«A loiça, roupa, camas e mais utensilios para uso dos enfermos, foram expressamente mandados fazer em Portugal.

«Foi uma das mais esplendidas e tocantes solemnidades a que temos assistido ha muito tempo, e, como nós, cremos que d'alli saíram satisfeitas todas as pessoas que a ella concorreram.»

Este artigo, de uma das principaes folhas periodicas da cidade da Bahia, é, certamente, muito lisongeiro para nós, por ser um testimunho insuspeito da cordialidade e boa harmonia que existem entre os dois povos que procedem da mesma origem, tem uma historia commum a ambos, são governados por identicas instituições e pela mesma dynastia, e, em fim, que se acham ligados pela identidade das crenças, e estreitamente unidos pela reciprocidade de grandes interesses economicos.

Entre as sociedades litterarias e populares que se fizeram representar n'aquella ceremonia, achavam-se o *instituto historico*, o *gremio litterario*, o *gabinete portuguez de leitura*, o *monte-pio da Bahia*, o *dos caixeiros* e o *dos desvalidos*.

Os poetas que recitaram poesias foram os srs. Ildefonso da Cunha e Vieira da Fonseca.

O edificio do hospital campeia no ponto mais alto do Bomfim, em frente da egreja d'esta invocação, e, por conseguinte, fóra da cidade, posto que perto de seus muros. Desfructa-se d'alli o encantador e admiravel panorama que offerece aquella immensa bahia, que se estende aos pés da cidade, e cujas margens estão vestidas com toda a pompa da vegetação dos tropicos.

Encerra o hospital duas enfermarias, intituladas de S. José e de Santa Isabel, oito quartos particulares, capella, sacristia, um grande salão, gabinete de leitura, quartos para banhos, despensa, guarda-roupa, guarda-loiça, botica, etc.

O salão está adornado com o retrato del-rei o sr. D. Luiz I, pintado pelo sr. Rezende, do Porto; com o busto del-rei o sr. D. Pedro V; com o retrato do commendador Joaquim Pereira Marinho, natural de Portugal, e bemfeitor da sociedade; e com um quadro em que estão inscriptos todos os subscriptores que concorreram para esta fundação. Aqui tambem hão de ter logar os retratos dos futuros bemfeitores d'este estabelecimento de caridade.

O edificio é abastecido abundantemente de agua potavel.

Segundo o relatorio da sociedade apresentado á assembléa geral no dia 21 de outubro de 1866, custaram o terreno e edificio do hospital 47:467$765 réis, e os moveis e utensilios 11:520$390 réis (moeda forte).

Abriu-se o hospital com vinte camas, porém tem capacidade para quarenta. No dia immediato ao da inauguração foram alli installados os primeiros enfermos, que até então eram soccorridos em suas casas.

Antes de concluirmos este artigo é justo que fiquem aqui consignados os nomes dos membros da benemerita direcção da sociedade, a quem pertence a gloria do pensamento inicial e do primeiro esforço para se levar a effeito esta humanitaria instituição. Compõe-se, pois, a direcção dos seguintes srs.: Manuel Gomes Costa, presidente; Antonio Ferreira Silva Junior, secretario; Narciso Oliveira Maia, thesoureiro; José da Silva Basto; Manuel Francisco Almeida Brandão; Henrique José Fernandes; José da Cunha Carvalho Basto; Antonio Ferreira Rezende; José Joaquim de Miranda.

A gravura que publicámos é cópia de uma photographia tirada por um curioso, o sr. João Joaquim Cardoso, e offerecida á empreza d'este jornal, juntamente com varios esclarecimentos, pelo sr. Lino de Sá Pereira, a quem renovámos n'este logar os nossos agradecimentos.

I. DE VILHENA BARBOSA.

DAMIÃO DE GOES

(Conclusão. Vid. pag. 293)

III

Esboçámos a rapidos traços os primeiros annos da vida de Damião de Goes; cumpre-nos agora relancear a vista pelos casos que se seguem, até chegar a esse periodo, vergonhoso para o paiz, em que elle, em vez do galardão a que tinha direito, encontrou apenas um carcere no Santo-Officio.

Residia o nosso sabio em Lovaina, capital do ducado de Brabante, quando um exercito francez veiu pôr a esta cidade um apertado cêrco (1542). Elegeu o senado Damião de Goes para que, de accordo com Jorge de Rolyn, senhor de Emery; Filippe de Dorlay, balio de Brabante; e Conrado, conde de Wernemburgo, tratasse da defesa da praça. O general francez propozera condições para levantar o sitio, e os da cidade, reagindo um pouco contra a dureza do jugo, pareciam, comtudo, compellidos a acceital-o; mas havendo os estudantes da universidade disparado a artilheria sobre o inimigo, este aprisionou Mejero Blehemio, capitão general da cidade, e Damião de Goes, que em nome do senado e do povo tinham ido tratar dos concertos com Rossen.

Nove annos esteve elle preso na Normandia, e d'ahi, por mandado de Francisco I, foi remettido para Fontainebleau, sendo obrigado a resgatar-se por mais de seis mil e trezentos escudos de oiro, além de outras despezas que importaram mais de tres contos de réis.

Tinha elle quarenta e tres annos, dos quaes vinte e dois haviam sido gastos em peregrinações, quando recebeu ordem de se recolher a Portugal. Por carta sua a el-rei, datada de Juliers, a 2 de julho de 1544 (*Corp. chronolog.*, parte I, maço 75, doc. 18), se desculpa elle de não vir logo, por indisposição de sua mulher, e não ser de sua honra, nem do agrado de Deus nem do mundo, deixal-a; ahi mesmo dá de parecer ao rei o não lhe convir mandar por sua conta especiarias para fóra do reino, e, por ultimo, lhe communica haver recebido muitas mercês de Carlos V, que lhe concedêra brazão de armas para si e seus descendentes. Pedindo confirmação da mercê, enviava a seu irmão Fructos de Goes o mesmo brazão e pintura, para os apresentar a sua alteza.

A escusa não lhe serviu, comtudo, muito tempo; de outra carta, tambem original (*Corp. chronolog.*, parte I, maço 78, doc. 37), se vê estar elle morando já em Alemquer em julho de 1546, pois com a data de 13 d'esse mez participava a el-rei ter mandado imprimir em Lisboa, para testimunho publico de seus trabalhos e estudos, a oração que fizera para informar o

imperador do cêrco de Lovaina, e que recitára em sua presença.

Estranhos successos o aguardavam em Portugal. A reacção, que por esse tempo medrava sob os melhores auspicios, começára a sua guerra viva contra philosophos e sabedores. As exterioridades religiosas, os extases mirificos de Santo Ignacio, as procissões de penitencia, o santo encolhimento dos beatos delatores, tudo conspirava contra essa luz que em tempos de D. João II e D. Manuel havia promettido crescer em intensidade e em brilho.

Aos 5 de setembro de 1545 era Damião de Goes accusado, na cidade de Evora, nas casas do despacho da Santa Inquisição, pelo padre Simão Rodrigues. Rebuscára este com a sua piedade evangelica o passado aventuroso de Damião de Goes; atára em pávea, como bom respigador, todos os successos d'aquella vida, e, sobraçando-a offegante, viera caridosamente lançal-a aos pés do tribunal. Era uma colheita de iniquidades horriveis! Accusavam-n'o de conhecer Luthero, de se cartear com Melanchthon, de haver mandado a este uma missiva do bispo de Carpentras, de ter amizade com Simão Grynaeus, e, sobre tudo, de ser homem avisado, *que sabe, além do latim, alguma coisa da theologia, e sabe a falla franceza e italiana, e parece tambem que saberá a framenga e a allemã, o que póde fazer muito damno ácerca das coisas de nossa fé catholica.*

Apesar do avantajado alcance do depoimento, o Santo-Officio não procedeu contra Damião de Goes.

Em 1548, por alvará de 3 de junho, foi encarregado do logar de guarda-mór da Torre do Tombo, em serventia, pelo embaraço de Fernão de Pina, que se achava preso; e em 1558 teve incumbencia do cardeal-rei de colligir e escrever a chronica de D. Manuel, que, sendo successivamente commettida a Ruy e Fernão de Pina, a Antonio Pinheiro e a João de Barros, ainda estava por concluir. Tomou elle a tarefa, e em 1567 dava a lume a ultima parte da chronica, assignada de sua propria mão.

Quatro annos depois, as portas da Inquisição ferrolhavam-se sobre esse velho que servira a patria com os seus talentos e a illustrára com o seu afamado nome.

Na capella-mór da egreja de Santa Maria da Varzea, em Alemquer, havia inscripto este epitaphio:

Deo Optimo Maximo
Damianus Goes Eques Lusitanus olim fui,
Europam universam rebus agendis peragravi,
Martis varios casus, laboresque subivi,
Musæ Principes, Doctique viri merito me
amarunt, modo Alanokercæ, ubi natus sum,
hoc sepulchro condor, donec pulserem hunc
excitet dies illa. Obiit anno salutis.

MDLX
H. MHN. S.

Este epitaphio, que vários escriptores transcrevem, e onde se marca o anno de 1560 como o da morte de Damião de Goes, não é, de certo, o primitivo. Havendo-se arruinado a capella, e sendo mandada reconstruir pelos da familia de Goes, seus padroeiros, a inscripção foi alterada, incorrendo-se em erro. Basta a data da ultima chronica de D. Manuel para se saber que em 1567 ainda Goes era vivo. Este facto levou Barbosa Machado a emendar na sua *Bibl. Lusit.* o anno em que o dera por fallecido, segundo o dizer da inscripção da capella.

A ultima noticia relativa a Damião de Goes consta de um manuscripto pouco posterior ao alvará de 6 de novembro de 1571 (Liv. 32 da Chancellar. del-rei D. Sebastião, fl. 66 vers.), que nomeia Antonio de Castilho para seu successor no logar de guarda-mór; manuscripto onde se diz haver elle tido sentença de degredo com confiscação de bens; e pelo rei cardeal D. Henrique fôra mandado entregar ao prior do convento da Batalha, para n'elle cumprir seu degredo, pelo solicitador da Inquisição Ruy Fernandes, em 19 de dezembro de 1572. No livro dos *Retratos e elogios dos varões e donas*, a miude citado por Lopes de Mendonça no seu curioso estudo biographico, lê-se que fôra Goes encontrado morto na sua propria casa, em que já estava com homenagem, ou de incidente apopletico, ou assassinado pelos seus domesticos, o que se não póde affirmar.

Tal foi o fim de um dos nossos mais abalisados escriptores, de um dos nossos caracteres mais eminentes. A Europa culta admirou-o e acatou-o, os mais veneraveis congressos acolheram-n'o respeitosos, a patria deu-lhe a solidão do carcere e o baptismo das lagrimas, que é sempre o que ella costuma dar aos que de mais loiros a enramaram e de maiores esplendores a vestem.

No grupo dos nossos chronistas, Damião de Goes occupa um dos primeiros logares. Se não tem a opulencia florida nem as galas louçãs que em outros se admiram, possue, comtudo, aquella singeleza franca e rasgada que denuncia os largos animos e a limpeza de coração. Em homens de velha tempera a rudeza é inevitavel. Damião de Goes tem por vezes essa austera virilidade que repelle os florilegios amenos e as pomposas digressões. Basta ler o remate do seu requerimento aos inquisidores para o avaliar cabalmente. Diz elle, depois de uma larga serie de confutações ao libello: «O que visto e bem considerado pede a vossas mercês que havendo respeito á sua idade, e calidade de sua pessoa, e desamparo de sua casa e filhos o despachem com brevidade, e o restituão em sua honra, da qual está tam menoscabado que se vossas mercês m'a não restituem, não ousará d'apparecer nem andar entre gente, e que se o promotor tem mais libellos accumulados pera vir contra elle, que o faça com brevidade, no que em tudo farão serviço a Deus, e usarão com elle supplicante da caridade e misericordia que lhe muitas vezes tem promettido, *e que o dito senhor Deus nos tanto recommenda que usemos uns com os outros.*»

N'estas derradeiras palavras fazia elle a aspera condemnação d'esse tribunal para quem os horisontes da religião só poderiam desanuviar-se da heresia, quero dizer, da liberdade da razão humana, quando as praças se alastrassem de fogueiras, e subisse em rolos o fumo dos cadaveres carbonisados.

Além das *Chronicas*, e de algumas obras em latim que vem publicadas na *Hispania illustrata*, escreveu um nobiliario de familias do reino, e traduziu o livro de Cicero chamado *Catão maior ou da velhice.*

Teve seis filhos e duas filhas: Manuel de Goes, que morreu abbade de S. João de Tarouca; Ambrosio de Goes, para quem obteve a supervivencia do logar de guarda-mór; Antonio de Goes, que foi monge de S. Bernardo; Ruy de Goes, que foi morto no cêrco de Chaul; André de Goes, religioso capucho; e Fructos de Goes, morto na batalha de Alcacer. As filhas foram D. Catharina de Goes, que casou com Luiz de Castro, fidalgo da casa do rei, e D. Isabel de Goes, mulher de Diogo Lopes de Sousa.

O retrato de Damião de Goes, que vem na collecção dos varões insignes, impressa em Anvers em 1572, aberto por Filippe Galle, traz em seu elogio os disticos seguintes, escriptos por Bento Arias Montano:

«Gentis Thucydides enarrat gesta Pelasgæ,
Romana claret Livius historia:
Hic, alia ut taceam serâ data scripta senecta,
Æthiopum accepit nomen ab historia.»

O que, traduzido, vem a dizer: «Thucidides narra os feitos da Grecia, Livio brilha na historia romana: este, sem fallarmos no que escreveu em tempos maduros, ganhou fama pela historia dos ethiopes.»

O elogio refere-se, como vemos, ao já citado livro da embaixada, posto em latim por Damião de Goes, quando em Anvers, e talvez a outro publicado em Padua, e que versa sobre egual assumpto.

As armas dos Goes, segundo o livro dos *Retratos, e elogios dos varões e donas*, são por diminuição em campo azul cinco quadernas de luas de prata em aspa, elmo de prata aberto guarnecido de oiro, e coronel do mesmo entre duas azas de azul, sobre as quaes estão as mesmas quadernas das armas semeadas.

Traçámos as linhas principaes d'este vulto magestoso, tocámos os pontos mais notaveis da sua vida, e, resumindo, mostrámos o que lhe deram em premio. Damião de Goes, em meio de uma sociedade eivada pelas torpezas e moralmente enfraquecida, Damião de Goes ou teria de alistar-se na coborte dos *familiares*, ou de succumbir na tortura. Preferiu morrer com os gêlos da fronte illesos e as mãos sem mácula. Quando, poucos annos depois, a patria, desmoronando-se, acordasse o silencio da sua cova, teria elle, o chronista de D. Manuel, de agradecer a Deus o havel-o deixado expirar, bem com a consciencia, e antes dos vermes terem roído de todo essa arvore de grandeza tão heroica, plantada pelo mestre de Aviz e regada com o sangue de milhares de cavalleiros.

E. A. VIDAL.

RASCA

Entre as embarcações que se vêem no Tejo, e nos são conhecidas, ás quaes se referiu o *Archivo Pittoresco* nos volumes III e IV, figuram a rasca e a moleta. Ao contrario das que então se descreveram, sob o titulo de *Marinha do Tejo*, estes barcos, em vez de navegarem rio acima, rio abaixo, como a falua, o aveiro e outros, aventuram-se fóra da barra,



Rasca

ás vezes até muitas milhas de distancia, em procura da carga, que se lhe depara nas aguas do Oceano em abundantes pescarias. Estes barcos destinam-se tambem á navegação costeira, indo até ao Algarve buscar os productos d'aquella rica provincia, e ora os transportam ao Tejo, ora os levam para trocar com os variados productos dos portos marroquinos.

A nossa gravura representa uma rasca, de que daremos mais alguns esclarecimentos quando publicarmos a estampa da moleta, ambas desenhadas e gravadas pelo sr. Pedroso.

B. A.

ARCHIPELAGO DE CABO VERDE

ILHA DE SANTO ANTÃO

(Vid. pag. 260)

Os successos mais notaveis na historia d'este archipelago durante o seculo XVII reduzem-se á fundação de um convento de capuchos na cidade da Ribeira Grande, da ilha de S. Thiago, com o fim de prover ás missões de Guiné, á introducção dos jesuitas com destino ás mesmas missões, e á chegada de frotas e armadas portuguezas, que na sua viagem de Lisboa para a India alli iam fazer aguada e buscar refrescos. Porém, como acontecia ás vezes apparecerem n'aquellas aguas armadas inimigas, padeciam então essas ilhas indefesas crueis assolações, e os seus pobres moradores toda a sorte de vexames.

A mais memoravel d'estas calamidades foi a que lhes causou uma armada franceza, capitaneada pelo celebre Du Guay Trouin, no anno de 1712. A referida cidade da Ribeira Grande foi victima de um saque tão completo que nunca mais se ressarciu dos prejuizos que n'essa occasião soffreu, e que a tal decadencia a levaram, que em 1770 foi despojada das honras de capital, passando a sêl-o a villa da Praia.

Du Guay Trouin tambem desembarcou na ilha de Santo Antão, á frente das suas tropas, mas alli foi-lhe a sorte contraria. Quando os francezes se dirigiam para a villa, tambem chamada da Ribeira Grande, capital da ilha, ao passarem por um desfiladeiro escabrosissimo, que é o caminho obrigado do porto para aquella povoação, foram assaltados pelos habitantes, que de cima das alturas sobranceiras ao estreito caminho impelliam tão grossos penedos sobre o inimigo, que os que poderam escapar de serem esmagados pelas pedras acolheram-se apressadamente aos navios, e, levantando ferro, abandonaram a empreza. Assim vingou o povo da villa da Ribeira Grande de Santo Antão a affronta feita á cidade do mesmo nome da ilha de S. Thiago.

Áquellas desgraças succederam-se outras que affligi-

ram o archipelago no decurso d'esse seculo, taes como desordens, revoltas populares e sedições de tropa, que, decidindo o marquez de Pombal a mandar uma alçada, tiveram por termo o patibulo.

Estes males foram de algum modo compensados pelo desenvolvimento que tiveram a agricultura e o commercio n'esse mesmo seculo, depois de terem estado quasi inteiramente paralysados durante a maoir parte do seculo anterior.

A *companhia do grã-Pará e Maranhão* desde 1755 até 1778, e a do *Exclusivo do Commercio de Africa* desde 1780 até quasi ao fim do seculo, creadas e estabelecidas em Lisboa, deram algum impulso ao commercio de Cabo Verde. E poderiam dar muito maior, se o principal trafico não consistisse na escravatura que faziam na costa de Guiné para ser enviada aos mercados do Brasil.

Não obstante as attenções e os braços serem attrahidos geralmente pelos grandes lucros que similhante trafico offerecia, a agricultura desenvolveu-se de maneira que, se esse progresso continuasse até agora, aquellas ilhas estariam actualmente prosperas.

Arrotearam-se, pois, bastantes terrenos, introduziram-se algumas culturas novas, e fizeram-se várias descobertas de productos vegetaes, que o commercio explorou com proveito.

Em 1781 descobriu-se o anil, em 1730 a urzella, e em 1783 o senne. Em 1790 introduziu-se a cultura do café, que teve principio na ilha de S. Nicolau; e augmentou a da canna de assucar, cuja introducção talvez date do mesmo seculo em que foram descobertas aquellas ilhas.

O trafico do sal e do azeite de purgueira, que, segundo parece, era já então muito antigo, augmentou tambem no seculo XVIII.

Vê-se, portanto, de tudo isto quanto aproveitou ao archipelago de Cabo Verde o impulso dado na metropole ao commercio e á navegação, na primeira metade do seculo XVIII, durante a parte do reinado del-rei D. João V, que constitue o periodo florescente e brilhante do seu governo; e na segunda metade do seculo, sob a administração illustrada do grande ministro de D. José I.

As muitas e diversas desgraças publicas que opprimiram a metropole durante a primeira metade do seculo actual pesaram tambem, mais ou menos directamente, sobre todas as nossas provincias ultramarinas. A provincia de Cabo Verde foi uma das que mais padeceu, porque aos effeitos naturaes d'aquellas desgraças vieram ainda juntar-se várias calamidades, que rebentaram em epochas differentes sobre as ditas ilhas, estagnando-lhes o commercio, arruinando-lhes a agricultura e dizimando-lhes a povoação.

A fome, em consequencia da esterilidade da terra, produzida por grandes sêccas, algumas devastadoras epidemias, foram as principaes calamidades a que nos referimos. As fomes de 1831, de 1833 e de 1854 foram talvez das que fizeram mais terriveis estragos na população em todo o curso do presente seculo. Ha bem pouco tempo se repetiu este horrivel flagello. O anno de 1854 tambem ficou memoravel pela invasão do cholera morbus.

Não obstante os soccorros pecuniarios e em generos enviados de Portugal e do Brasil, parte devida á philanthropia dos cidadãos, outra parte proveniente da solicitude do governo, as perdas causadas por similhantes flagellos produziram geral entorpecimento em todos os ramos da industria.

Todavia, apesar de todos estes males, o estado geral do archipelago tem melhorado alguma coisa n'estes ultimos annos. O augmento da navegação entre Lisboa e as diversas ilhas de Cabo Verde; o estabelecimento de communicações regulares por navios movidos por vapor entre as mesmas ilhas, as provincias de Angola e Benguella e a referida cidade; as modernas carreiras de navios tambem movidos por vapor entre o Brasil e a Europa com escala por Cabo Verde; e, juntamente, com mais alguma attenção da parte da metropole, e mais algum desvelo da parte do governo local, tem dado um impulso, se não vigoroso, salutar ao melhoramento das condições economicas do archipelago. A sua agricultura e o seu commercio acham-se novamente entrados em via de desenvolvimento e progresso.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

DA INICIATIVA LITTERARIA DOS PORTUGUEZES NA PENINSULA HISPANICA

(Vid. pag. 290)

II

A NOVELLA DE CAVALLARIA

O *Amadis de Gaula*, escripto por Vasco de Lobeira, appareceu e excitou em Portugal e Hespanha o mais vivo enthusiasmo. Desgraçadamente, e por um incrivel descuido, veiu a invenção da imprensa, e ninguem se lembrou de dar ao prelo o manuscripto portuguez, que se foi tornando raro, até que passou a ser uma d'essas phenix que os colleccionadores pagam por preços exorbitantes. Desde que chegou a tal estado, ninguem teve a louca idéa de o imprimir, o que sería tirar-lhe o valor, e o duque de Aveiro, segundo todas as probabilidades, pôde ufanar-se de possuir na sua livraria esse documento unico da gloria de um dos nossos compatriotas. Veiu o terremoto de 1755, veiu o incendio immediato, o palacio dos duques de Aveiro foi um dos que mais soffreram, e o precioso manuscripto desappareceu, victima da vaidade estulta de um fidalgo, como tantos manuscriptos gregos e romanos haviam desapparecido victimas da ignorancia dos seculos barbaros.

Desde então a traducção hespanhola de Montalvo, feita em 1492, pouco mais ou menos, passou a ter os foros de original, e só vagamente se fallou n'um escripto portuguez que servíra de base ao *Amadis*, mas que pouco tinha que reclamar da gloria do livro hespanhol, que o refundíra completamente e melhorára. A final, Vasco de Lobeira ia passando ao estado de mytho, quando a publicação da *Chronica do conde D. Pedro de Menezes*, por Gomes Eannes de Azurara, veiu restabelecer a verdade dos factos. O bom do chronista, desprezador de fabulas e invenções, declara formalmente que não deseja que a sua chronica veridica se confunda com livros como o *Amadis de Gaula*, cujas acções um tal Vasco de Lobeira inventou muito a seu bel-prazer. Se o honrado Azurara não fizesse este protesto, o *Amadis de Gaula* era-nos defraudado pelos visinhos castelhanos, como tantos outros florões que o nosso incrivel descuido tem deixado arrancar da brilhantissima coroa da nossa gloria.

E comtudo, estudando-se bem a questão, muitos outros indicios seguros tinhamos de que o *Amadis de Gaula* fôra primitivamente portuguez. O primeiro escriptor hespanhol que dá noticia d'elle é o celebre chronista Ayala no seu *Rimado de palacio*, onde diz:

Plegóme otrosi oir muchas vegadas,
Libros de devaneos é mentiras probadas,
Amadis é Lanzarodes, é burlas asacadas
En que perdi mi tiempo á mui malas jornadas.

Ora o chronista Ayala nasceu em 1332; nas dissensões entre D. Pedro o *Cruel* e seu irmão Henrique de Transtamara, seguiu o partido d'este ultimo; na batalha de Najera, em 1367, caíu prisioneiro dos inglezes, auxiliares de D. Pedro, e foi levado para In-

glaterra. Voltou de lá quando a causa do seu protector triumphou, foi nomeado chanceller de Henrique II, e chanceller foi tambem de D. João I de Castella; acompanhou seu amo na guerra que este emprehendeu contra Portugal, *caiu prisioneiro na batalha de Aljubarrota, em* 1385, voltou para a sua patria quando se fez a paz, e morreu em Calahorra em 1407, com a edade de 75 annos [1].

Pouco antes da batalha de Aljubarrota sabemos nós, ou suppomos com muita probabilidade, que Vasco de Lobeira fôra armado cavalleiro. Sería possivel que o vencedor e o vencido, ambos amadores das letras, ambos conhecedores de romances de cavallaria, Vasco de Lobeira pela communicação com os inglezes, nossos alliados, Ayala pelo seu captiveiro em Londres, sería possivel que estes dois homens não se procurassem, não se estimassem, não communicassem um ao outro as suas producções? Não sabemos nós tambem que o *Rimado de palacio* foi a composição com que Ayala se desenfadou dos tedios dos seus dois captiveiros, porque, principiado em Inglaterra, em Portugal o veiu acabar?

Este indicio parece bastante claro, mas temos ainda outro pelo qual se podia concluir, mesmo sem a positiva affirmação de Gomes Eannes de Azurara, que era portuguez o original do *Amadis*. É o seguinte:

N'uma das passagens d'essa novella de cavallaria diz o auctor que, a pedido do infante D. Affonso de Portugal, concedeu a vida a uma das suas heroinas (Briolana), que, segundo parece, primeiro condemnára á morte. Ora este infante de Portugal, que Ticknor, na sua *Historia da litteratura hespanhola*, diz erradamente que morreu em 1370, nasceu, pelo contrario, n'esse anno, foi filho bastardo de D. João I, casou em 1401 com a filha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e foi o tronco da familia que hoje rege os destinos de Portugal.

Se o auctor não era portuguez, pelo menos em Portugal vivia. Não nos consta que o primeiro duque de Bragança andasse por fóra do paiz, e, em todo o caso, a concordancia da affirmação de Azurara, da citação de Ayala, do facto de se alludir no *Amadis* a dissensões e guerras no tempo do auctor, que perfeitamente se ajustam á epocha tempestuosa de D. João I, dão a esse caso do infante uma significação que não teria desacompanhado dos outros indicios.

Eis a novella de cavallaria introduzida em Hespanha pela musa portugueza, e não só transplantada das terras septentrionaes, mas tambem modificada pelo espirito portuguez, e levada por outro rumo. Effectivamente, o *Amadis* não pertence á familia dos romances da *Tavola Redonda*, ou dos *Doze pares de França*; abre um novo cyclo e apresenta um novo typo, que é immediatamente explorado pela plebe dos imitadores. N'esse novo typo transparecem claramente as feições predominantes do caracter portuguez d'essa epocha, a requintada galanteria, que alistava talvez o proprio Vasco de Lobeira na Ala dos Namorados; o desejo vago de conhecer novas terras e novos paizes que ia lançar as caravelas aventureiras do infante D. Henrique nas solidões mysteriosas do Oceano; o valor intrepido e audaz, caracteristico de todos os heroes da novella de cavallaria, caracteristico de todos os homens d'esta epocha, mas que se tornava muito notavel nos bravos de Nuno Alvares Pereira.

Porém que vergonha e que notavel descuido! Apparece de 1492 a 1504 a traducção de Montalvo, em 1510 (pelo menos segundo assevera Diogo Barbosa Machado) reimprime-se. Surge terceira edição em 1517. No espaço de meio seculo outras doze se lhe seguem, e o manuscripto portuguez continúa a jazer na poeira das bibliothecas. É verdade que n'esse tempo, em que as duas linguas portugueza e hespanhola eram egualmente familiares a escriptores e leitores, a existencia de edição n'uma das linguas tornava escusadas as traducções para a outra.

Em 1546 é o *Amadis* traduzido em italiano, e em menos de trinta annos fazem-se seis edições d'essa versão. Já em 1540 elle estava traduzido em francez, e foi tal o successo da obra, que em 1777 o conde de Tressan o refundiu e accommodou ao gosto do seculo. Em 1583 foi conhecido na Allemanha, em 1619 na Inglaterra, e n'este paiz ainda no principio do seculo actual, em 1803, o celebre escriptor Roberto Southey fez d'elle um elegante romance. Assevera-se mesmo que ha uma traducção do romance de Vasco de Lobeira em hebreu.

Além das traducções, que multidão de imitações e continuações! Bernardo Tasso, o pae do auctor da *Jerusalem libertada*, molda pelo romance portuguez, ou antes pela traducção hespanhola, o seu poema do *Amadigi*. Montalvo, o traductor que se pavoneia com as honras de original, escreve a historia de Esplandian, filho de Amadis e de Oriana, mas essa continuação serve só para arrancar as pennas á gralha de Castella, mostrando a incapacidade de Montalvo não só para escrever o romance, como tambem para o melhorar, como elle se gabava de o ter feito. *En verdad*, diz o ajuizado cura expurgador da bibliotheca de D. Quixote, *que no le ha de valer al hijo la bondad del padre*. Em seguida ao filho vem o sobrinho *Florisando*, depois o neto *Lisuarte*, depois *Amadis da Grecia*, depois *D. Florisel de Niquea*, depois *Anaxartes*, depois *D. Silves de la Selva*, depois *Leandro el Bello*, todos parentes ou afilhados do nosso *Amadis de Gaula*. Mas a raça degenerára, e só o chefe da familia mereceu estes elogios de dois grandes escriptores, um italiano, outro hespanhol, de Tasso e de Cervantes.

«Na opinião de um grande numero de pessoas, e particularmente na minha, diz o poeta de Sorrento na sua *Apologia da Jerusalem libertada*, é a mais bella e talvez a mais proveitosa narração que se possa ler n'este genero; com effeito, pelo sentimento e pelo tom vence todas as outras, e pela variedade dos incidentes não cede a nenhuma das que foram escriptas ou antes ou depois.»

«*Y dijo el Cura*, acode Cervantes; *parece cosa de misterio esta; porque segun he oido decir, este libro fué el primero de caballerias que se imprimió en España, y asi me parece que como a dogmatisador de una secta tan mala, le debemos sin excusa alguna condenar al fuego. No señor, dijo el Barbero; que tambien he oido decir que es el mejor de todos los libros que de este genero se han compuesto, y asi como á unico en su arte se debe perdonar. Asi es la verdad, dijo el Cura, y por essa razon se le otorga la vida por ahora.*»

D'esta fórma a reputação enorme do livro faz o giro da Europa e até ao nosso seculo se prolonga, exerce uma influencia tal na litteratura hespanhola, que só finda decepada pelo braço unico d'esse maneta Hercules, que se chamou Cervantes; da litteratura hespanhola vae reagir sobre a européa, e a physionomia do homem, que deu tão grande impulso ao espirito humano, mal se descobre quasi de todo apagada nas trevas do passado!

Assim o Nilo se desdobra, como serpente espumosa, através dos areiaes do Egypto, fertilisa as praias com o seu prodigioso nateiro, leva o tributo das suas aguas, onde o sol da Africa accende reflexos doirados, ao seio do Mediterraneo, vê o seu nome repetido pela fama desde os seculos mais remotos, espelha no seu cristal esses monumentos colossaes que se chamam as Pyramides, e a fonte d'onde elle brota jaz ignorada e obscura nos mysteriosos recessos do sertão da Abyssinia!

(Continúa) M. PINHEIRO CHAGAS.

[1] Vid. Nicolau Antonio, *Bibliotheca vetus*, liv. X, cap. I.

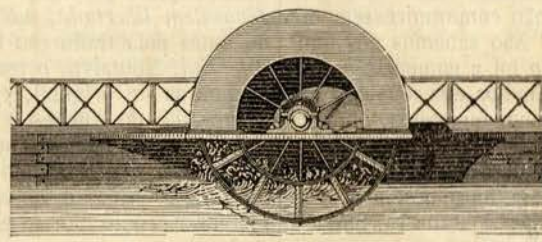
NAVEGAÇÃO DE VAPOR

(Vid. pag. 295)

III

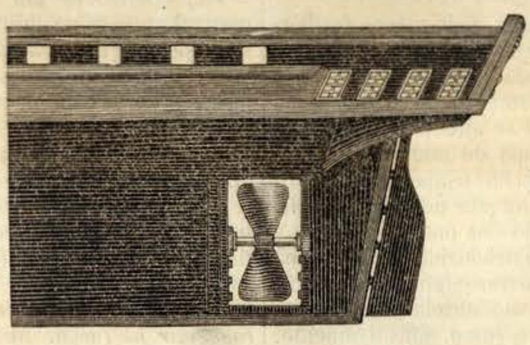
Propulsores para a locomoção dos navios — Rodas de pás — Helice — Rodas de pás empregadas pelos chinezes, romanos, etc. — O barco de vapor de Blasco de Garay — Acção das rodas de pás no movimento dos barcos — Caldeiras maritimas — Caldeiras tubulares — Machinas usadas nos vapores de rodas — Machinas de acção directa — Machinas de balanceiro.

Nos navios de vapor a locomoção é dada por um propulsor que recebe movimento da machina. Ha dois propulsores em uso actualmente: as rodas de pás e o helice. Muito tempo antes da applicação das machinas de vapor á navegação já tinha havido a idéa de fazer andar os barcos por meio de rodas de pás, recebendo movimento pela acção da força muscular de homens ou animaes. Existem na China, desde tempos remotos, pequenos juncos ou barcos com quatro rodas, que recebem movimento de homens dando a uma manivella. Parece que tambem os carthaginezes e romanos empregaram as rodas de pás para moverem os barcos de maiores dimensões.



Rodas de pás

No seculo XVI, em Hespanha, reinando Carlos V, um capitão hespanhol, Blasco de Garay, inventou a machina para mover um barco por meio do propulsor de rodas de pás. Fez-se a experiencia em Barcelona, na presença do grande imperador, com feliz exito. Nunca se soube em que consistia a machina, porque o seu inventor não deixou vêl-a: só se sabe que dentro do apparelho fechado aos olhos dos observadores havia uma caldeira de agua a ferver. Carlos V premiou e recompensou Blasco de Garay, mas a experiencia não teve outras consequencias. Os acontecimentos politicos impediram que se lhe désse mais attenção, e, a final, caíu no esquecimento, a ponto de ser contestada por diversos auctores. Seja como for, só em 1690 é que Papin inventou a machina de vapor com pistão que mais tarde se propoz applicar á navegação, como já dissemos.



Helice dos navios

Os barcos de vapor construidos por Fulton tinham o propulsor de rodas de pás. Foi ainda este propulsor o adoptado pelos seus successores; o helice só foi applicado mais tarde, em 1836. O propulsor de rodas de pás compõe-se de duas rodas, unidas por um eixo que se colloca transversalmente no navio, ficando uma de cada lado. Cada roda compõe-se geralmente de dois ou tres circulos de ferro verticaes e parallelos, sobre cujos raios assentam transversalmente pás de madeira. O eixo das rodas recebe movimento de rotação da machina de vapor.

Eis como funcciona este propulsor: quando as rodas giram com movimento de rotação, as pás que se movem dentro d'agua encontram uma certa resistencia da parte d'este liquido, força em sentido contrario do movimento das pás, e que, servindo como de apoio, faz mover o barco; o movimento do barco é, pois, em sentido opposto ao movimento das rodas na parte inferior. A acção das pás para o movimento do barco é tanto menor quanto maior é a inclinação do seu movimento em relação ao do barco.

O eixo das rodas não deve mergulhar na agua, porque, aliás, a acção das pás na parte superior seria contraria á acção das pás na parte inferior; assim, quando uma roda mergulha toda não produz effeito algum, porque a acção das pás inferiores é destruida pela acção das superiores.

Nos navios ha geralmente duas machinas, o que tem a vantagem de regularisar o movimento do propulsor, além de que, se sobrevem algum accidente a uma, fica outra para continuar o movimento.

A bordo ha sempre mais de uma caldeira, podendo-se á vontade funccionar com ellas simultanea ou separadamente, o que permitte variar de velocidade, e egualmente não interromper a navegação ainda que se inutilise alguma.

Em geral, as machinas de vapor maritimas são de baixa pressão e com condensação, pela facilidade que ha a bordo de obter agua fria para condensar o vapor. As caldeiras de baixa pressão tem menos risco de explosão e não precisam ter tanta resistencia. Como a bordo ha pequeno espaço, as caldeiras tem a fórma propria para ajustarem dentro dos barcos, e, além d'isso, pequenas dimensões; de modo que, para produzir sufficiente quantidade de vapor, é necessario um forte poder de vaporisação, e, portanto, deve augmentar-se o numero de pontos de contacto do calor com a agua; por isso se usam frequentemente caldeiras tubulares, que são caldeiras contendo grande numero de tubos envolvidos pela agua, e por dentro dos quaes circulam as chammas provenientes da combustão do carvão de pedra que se colloca sobre as grelhas das fornalhas. Estas caldeiras produzem uma vaporisação rapida e abundante.

Actualmente os vapores de rodas tem frequentemente machinas do typo das que descrevemos no cap. II, e que se denominam *machinas de acção directa;* sendo umas vezes os cylindros fixos e outras vezes oscillantes.

Nos primeiros barcos de vapor as machinas tinham outra disposição, devida a Watt, e que ainda hoje se usa algumas vezes; n'este systema a haste do pistão tem na extremidade uma travéssa, em cujas extremidades articulam dois parallelogrammos moveis que se ligam á extremidade de uma grande peça oscillante denominada *balanceiro;* no outro extremo dos balanceiros articula um bielle que articula com a manivella do eixo das rodas.

O systema das machinas de balanceiro apresenta uma grande solidez e muita estabilidade; mas as machinas de acção directa são mais simples. Em todos os vapores de rodas construidos na Europa que tem machinas de balanceiro, cada machina tem dois balanceiros collocados inferiormente um de cada lado do cylindro. Porém, n'alguns vapores da America, cada machina só tem um balanceiro collocado superiormente, apresentando uma disposição similhante á das machinas fixas de balanceiro, taes quaes foram imaginadas por Watt.

(Continúa) FRANCISCO DA FONSECA BENEVIDES.

Lisboa — Typographia de Castro Irmão — rua da Boa-Vista — palacio do conde de Sampaio